

# Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 10



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA



## **Equipe Editorial**

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

## **Projeto Gráfico, editoração e capa**

Editora Acadêmica Periodicojs

### **Idioma**

Português

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 10. / Filipe Lins dos Santos. (Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2023.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-038-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II. Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

**Obra sem financiamento de órgão público ou privado**

**Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.**

**A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva**



**Filipe Lins dos Santos  
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil  
website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)  
instagram: @periodicojs



# Capítulo 30

## GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PEDAGOGIA FREIRIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PEDAGOGIA FREIRIANA NO  
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT AND FREIRIAN PEDAGOGY IN  
THE CONTEXT OF BASIC EDUCATION**

Elizangela Carla Beserra da Fonseca<sup>1</sup>

Helen Aureliano Santos de Araújo<sup>2</sup>

José Evangelista Da Silva<sup>3</sup>

João Deoclécio dos Santos<sup>4</sup>

João Luiz Da Silva Liria<sup>5</sup>

Kleyton Adriano Silva<sup>6</sup>

Maria Teresa Ferreira Brandão Gonçalves<sup>7</sup>

Robervane Araújo Rocha<sup>8</sup>

Saulo Guimarães Santos<sup>9</sup>

Vaneska Maria de Melo Silva<sup>10</sup>

---

1 Mestranda em educação com especialização em TIC na educação pela Universidad del Atlântico (UNEATLÂNTICO)

2 Mestrando em Ciência da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES

3 Mestre em Educação pela Universidade Européa del Atlântico

4 Mestrando em Educação com especialização em Gestão de centros educativos pela Universidade Européa del Atlântico

5 Mestrando em Ciência da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES

6 Mestrando em Ciência da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES

7 Especialista em Gestão, educação e política ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

8 Mestranda em educação com especialização em Formação de professores pela Universidad del Atlântico (UNEATLÂNTICO)

9 Mestrando em Ciência da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES

10 Mestranda em Educação pela Universidade Européa del Atlântico



**Resumo:** A gestão escolar assim como ocorre nas práticas pedagógicas está fundamentada em determinada percepção sobre a função do gestor e do seu papel no tocante à garantia da qualidade da educação ofertada. Desse modo, podemos inferir que o conceito de gestão escolar adotado por uma unidade de ensino está relacionado àquilo que compreendemos como sendo uma educação de qualidade, sendo que esse conceito varia em decorrência das exigências sociais para a formação do cidadão em determinada sociedade e em determinada época. Sendo a percepção de gestão escolar na atualidade, predominantemente democrática e participativa, buscamos investigar de que forma, a escolha por uma gestão escolar democrática coopera com a adoção de estratégias educativas emancipadoras e fundamentadas na pedagogia freireana.

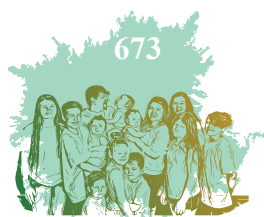
**Palavras-chave:** Gestão escolar democrática. Educação emancipadora. Pedagogia freireana.

**Abstract:** School management, as with pedagogical practices, is based on a certain perception of the manager's role and role in ensuring the quality of education offered. In this way, we can infer that the concept of school management adopted by a teaching unit is related to what we understand as quality education, and this concept varies as a result of social requirements for the formation of citizens in a given society and in a given era. As the perception of school management today is predominantly democratic and participatory, we seek to investigate how the choice for democratic school management cooperates with the adoption of emancipatory educational strategies based on Freirean pedagogy.

**Keywords:** Democratic school management. Emancipating education. Freirean pedagogy.

## **INTRODUÇÃO**

A gestão escolar possui um papel relevante no contexto escolar, pois a sua finalidade refere-se à garantia de funcionamento eficiente da instituição mediante à preservação da qualidade



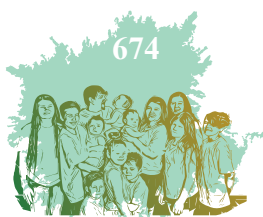
educativa. Com isso, é precisamos compreendermos que as funções da equipe gestora são bastante variadas, tendo em vista que essa versa sobretudo, em funções administrativas, de gerência dos recursos financeiros e na mediação entre professores e pais dos discentes acerca dos resultados obtidos no processo de aprendizagem.

Sob esse aspecto, é preciso ainda, considerarmos que não há apenas uma forma de compreendermos a gestão escolar, havendo, portanto, distintas teorias pedagógicas que fundamentam a prática gestora e conseqüentemente, diferentes percepções sobre as reais funções de um gestor escolar. Nesse contexto, podemos compreender que a percepção que uma instituição escolar possui sobre as funções inerentes à equipe gestora estão relacionadas o que a ideia que a instituição possui sobre a qualidade educativa.

Nesse sentido, podemos compreender que a adoção de uma gestão escolar autoritária está fundamentada em princípios que compreendem a tomada de decisão realizada exclusivamente pelo gestor resulta na ordem e no bom funcionamento do estabelecimento de ensino. Por outro lado, a gestão democrática está centrada na ideia de que todos necessitam analisar os fatos e juntos tomarem decisões pautadas no consenso e na busca por possibilidades que beneficiem a toda a comunidade escolar, constituindo uma forma de exercício coletivo, compartilhado e ao mesmo tempo democrático das tomadas de decisões.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por finalidade, investigar qual é a relação entre o exercício de uma gestão escolar na perspectiva democrática e a implementação de práticas pedagógicas fundamentadas na formação discente em uma perspectiva emancipadora. Para tanto, selecionamos como objetivos específicos, a realização de uma revisão da literatura sobre o conceito de gestão democrática, investigar os princípios da pedagogia freireana e sua relação com a formação discente numa perspectiva crítica e emancipadora e identificar quais são as relações existentes entre o exercício de uma gestão democrática de ensino e a adesão das ideias freireanas no contexto da educação básica.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa encontra-se no questionamento “De que forma, a



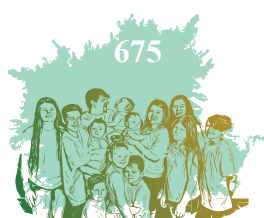
adoção de uma gestão escolar democrática pode influenciar na adesão às práticas pedagógicas emancipadoras e fundamentadas nas ideias freireanas?” Como questões de pesquisa, o artigo pretende responder aos seguintes questionamentos: “De que forma, os teóricos compreendem o conceito de gestão democrática?”; “Quais são os princípios da pedagogia freiriana?”; “Qual é a relação entre o exercício de uma gestão escolar democrática e à adesão à pedagogia freireana no contexto da educação básica?” Sobre a metodologia de pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica.

### **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: POR UMA COMPREENSÃO DO CONCEITO**

A gestão escolar é um conceito que tem origem, na perspectiva de Andrade (2001 apud Oliveira e Menezes, 2018) na palavra portuguesa gestão, sendo que o seu significado original remete ao vocábulo “gestio” de origem latina e que remete à “[...] ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou que delas fazem uso”. Nesse aspecto, a gestão no âmbito escolar está relacionada à tomada de decisões que influenciam na qualidade do ensino e indiretamente, na oportunidade para a continuidade em estudos mais avançados e ao sucesso profissional, influenciando assim, nos destinos dos então estudantes.

Nessa perspectiva, podemos compreender que a gestão escolar às tomadas de decisões relativas a todos os âmbitos do funcionamento escolar e que impactam diretamente na qualidade educativa. Assim, o conceito de gestão é compreendido por Garay (2011 apud Oliveira e Menezes, 2018) como um processo que visa dirigir a organização a partir das demandas impostas pelo ambiente e dos recursos disponíveis. Além disso, Garay (2011 apud Oliveira e Menezes, 2018) compreende que o ato de gerir uma instituição numa perspectiva ampla, está relacionado ao “[...] ato de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos da empresa, para que os objetivos sejam alcançados.

Sob esse aspecto, Oliveira e Menezes (2018, p. 879) relatam que boa parte dos indivíduos relacionam o conceito de gestão a “[...] funções burocráticas, destituídas de uma visão humanística, e como uma ação voltada à orientação do planejamento, da distribuição de bens e da produção desses





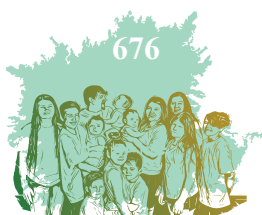
bens. Todavia, na perspectiva de Oliveira e Menezes (2018) o conceito de gestão está relacionado a um significado democrático e participativo das tomadas de decisões em uma instituição, sendo esse termo mais adequado no tocante à gestão escolar. Somado a isso, Santos Filho (1998 apud Oliveira e Menezes, 2018) considera a administração como uma concepção técnica e que expressa uma ideia fragmentada e hierarquizada do poder e da autoridade no âmbito da instituição escolar.

Nesse sentido, o conceito de gestão escolar democrática surge como um conceito que visa a romper com a dicotomia entre a concepção e a execução, o pensar e o fazer, a teoria e a prática, o que denota uma nova configuração das relações de poder no âmbito escolar. Desse modo, Veiga (2004 apud Veiga, 2009) explica que o conceito de gestão democrática implica diretamente na reorganização das estruturas de poder dentro da escola, buscando a sua socialização. Na perspectiva de Veiga (2004, p. 19 apud Veiga, 2009, p.166)

A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (Veiga, 2004, p. 19 apud Veiga, 2009, p.166)

Sob esse aspecto, podemos compreender pelas palavras de Veiga (2004 apud Veiga, 2009) que a concepção de gestão escolar numa perspectiva democrática modificou garantiu autonomia à escola no tocante à gerência de seus recursos financeiros, administrativos e pedagógicos, tornando a relação da equipe gestora com relação aos órgãos superiores, democrática. Nesse sentido, aquilo que é compartilhando por meio das secretarias de educação não possuem mais obrigatoriedade de execução, tornando-se uma possibilidade administrativa ou pedagógica.

Por outro lado, as próprias relações de poder dentro do ambiente escolar também se modificaram, sendo as tomadas de decisões compartilhadas com a comunidade escolar. Nesse sentido, a tarefa de ouvir a comunidade escolar torna-se imprescindível, tendo em vista que o compartilhamento do poder e a participação de todos constituem como elementos chave nesse processo. (Veiga, 2009, p.



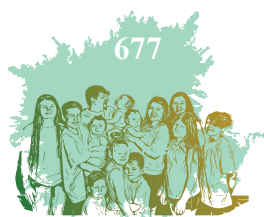
166). Portanto, há na perspectiva de Veiga (2009, p. 167) a “[...] desconcentração de poder das mãos de alguns, de poucos sobre quase todos”, propiciando o empoderamento do aluno.

Todavia, o empoderamento precisa ser realizado de forma coletiva, provocando rupturas efetivas na organização do trabalho pedagógico e, conseqüente transformando a realidade educacional. Nesse contexto, a escola precisa questionar suas próprias estruturas de poder, sendo necessário repensar qual o seu papel frente ao contexto social, sobre a forma como as relações de poder se organizam; de que forma esse poder é distribuído bem como compreender o papel das instâncias colegiadas no processo de tomada de decisões.

Somado a isso, Veiga (2009) considera que o empoderamento da comunidade escolar é efetivado mediante à democracia e à participação de todos na tomada de decisões, culminando necessariamente na partilha do poder. Nesse contexto, surge na perspectiva de Paro (2008 apud Oliveira e Menezes, 2018), a percepção de administração escolar fundamentada na cooperação recíproca entre os indivíduos que compõem a comunidade escolar. Nesse sentido a escola necessita na perspectiva de Paro (2008 apud Oliveira e Menezes, 2018) de um trabalhador que se preocupe com o coletivo e que participe de forma cooperativa no processo escolar em prol dos objetivos educacionais e sem os constrangimentos impostos pelos interesses sociais capitalistas.

Sob esse aspecto, Vasconcellos (2009 apud Oliveira e Menezes, 2018) compreende que a gestão escolar precisa articular os vários segmentos internos e externos que compõem a comunidade estudantil, a fim de que toda a comunidade participe da tomada de decisões de forma efetiva. Além disso, cabe ao gestor escolar, gerir as atividades necessárias para que o projeto instituído pelo documento norteador da instituição se torne realidade.

Nesse contexto, Veiga (2009, p. 167) relata que a participação na efetivação do projeto da escola “[...] requer compromisso com o projeto político-pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente”. Assim, o Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui um instrumento de participação coletiva e ao mesmo tempo, ato educacional e político no tocante à definição da missão e dos valores instituídos pela escola mediante o ideal de educação compreendido.

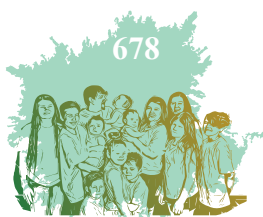


Sob esse aspecto, Veiga (2009, p. 167) considera a participação como “[...] um mecanismo de representação e participação política”, sendo que essa surge a partir da mobilização de “[...] professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro”, repensando assim, a participação escolar como algo mais amplo que perpassa a própria instituição escolar.

Corroborando com essa ideia, Gutierrez e Catani (1998, p. 71 apud Veiga 2009, p. 167) afirma que a participação coletiva e efetiva na tomada de decisões está relacionada ao “[...] exercício do diálogo entre as partes. Esta comunicação ocorre, em geral, entre as pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação”. Portanto, toda a comunidade escolar precisa contribuir com a igualdade de oportunidades. (Veiga, 2009). Assim, a gestão escolar democrática pode ser associada a ações coletivas e que tem como princípio, a divisão de “[...] responsabilidades individuais, que devem ser pautadas num projeto maior, que congrega todos os membros da equipe escolar em torno de objetivos, metas, decisões e compromissos comuns” (Burak e Flack apud Veiga, 2009, p. 167).

Nesse sentido, a gestão escolar numa perspectiva democrática possui caráter político e permeia “[...] a cultura organizacional das instituições escolares” (Oliveira e Menezes, 2018, p. 881). Portanto, a gestão escolar democrática pode ser compreendida como gestão participativa, na qual “[...] os trabalhadores estão investidos, diretamente ou por delegação, da capacidade de decisão na organização do trabalho, eventualmente nos processos administrativos e comerciais, e mais raramente na condução geral da empresa” (Catani e Hozlmann (2011 apud Oliveira e Menezes, 2018, p. 881).

Nessa perspectiva, a gestão escolar democrática constitui-se como a compartilhamento do poder de decisão em prol da coletividade, favorecendo assim, a qualidade educativa do âmbito escolar seja na perspectiva da gerência dos recursos disponíveis e dos aspectos estruturais seja no tocante aos aspectos pedagógicos.



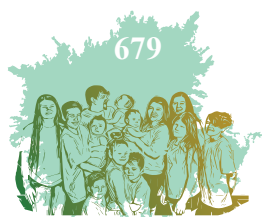
## **A PEDAGOGIA FREIREANA E A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COMO IDEAL FORMATIVO**

A educação escolarizada no contexto educacional brasileiro surgiu no período da colonização, sendo iniciada pelos jesuítas com o objetivo de conduzir os indígenas ao aprendizado do idioma português e da conversão à fé católica. No tocante ao contexto histórico e social, podemos mencionar que os portugueses tentaram negociar objetos que possuíam pouco valor, mas que os indígenas valorizavam em troca de que esses cedem as riquezas naturais presentes nas terras recém descobertas, sendo que posteriormente os indígenas começaram a se opor às invasões das terras e ao trabalho escravo.

Nesse sentido, podemos inferir que o que os portugueses desejavam facilitar a comunicação com os indígenas, tendo em vista, que pretendiam inicialmente negociar com esses, a fim de obter riquezas naturais e mão de obra voluntária, sendo necessário que os nativos aprendessem à língua portuguesa. Por outro lado, a catequese trouxe os ensinamentos no Deus cristão com o intuito de convencer os indígenas da existência de único Deus e ao mesmo tempo, de que a vontade divina era de que os nativos fossem escravizados. Desse modo, podemos compreender que a educação formal surgiu a partir de interesses sociais e econômicos e que se originou a partir de determinando contexto social e histórico.

Por outro lado, a educação jesuíta surgiu de forma impositiva e a partir de interesses de uma elite que pretendia dominar as terras e as riquezas naturais, colocando os nativos em uma condição social que naquele contexto os tornaram socialmente inferior. Ao mesmo tempo, a educação jesuíta constitui-se como uma forma representativa das relações sociais de poder que passaram a ser estabelecidas entre os colonizadores portugueses e os indígenas no contexto da escravidão dos nativos, sendo ainda, uma forma de aculturação dos costumes e valores indígenas.

Portanto, podemos inferir que foi nesse período que surgiram as desigualdades sociais e as relações de poder, às quais se manifestavam sobretudo por meio do trabalho escravo imposto aos indígenas, mas também a partir de uma educação cujo ideal formativo priorizava os interesses sociais



econômicos portugueses. Somado a isso, havia uma educação que concedia aos filhos dos europeus, a formação para o desenvolvimento de habilidades administrativas enquanto os indígenas tinham acesso a um ensino que buscava a aprendizagem da língua portuguesa de forma impositiva, proibindo-os de falarem a própria língua e ao mesmo tempo, forçando-os a abandonarem os costumes, valores e crenças que possuíam. Nesse contexto, a educação formal que surgiu no período da colonização repercutiu no desenvolvimento das desigualdades sociais, tornando ao mesmo tempo, a educação como instrumento promotor dessas desigualdades.

Nesse sentido, podemos perceber que ao longo dos tempos, a educação vem sendo influenciada por um ideal formativo que é socialmente constituído, tendo em vista que os objetivos educacionais surgem a partir das necessidades formativas impostas pela sociedade. Ao mesmo tempo, a educação vem sendo moldada desde o seu surgimento a partir de interesses sociais e econômicos da elite em detrimento das necessidades formativas da população.

Sob esse aspecto, podemos mencionar que desde o início, a educação escolar brasileira buscou os interesses sociais e econômicos da elite, algo que ainda, perpetua nos dias atuais. Portanto,

A educação na atual conjuntura tem sido vista como forma de manipulação para transformar as pessoas em capital humano e massa de manobra, ou seja, transformando o ato de ensinar em mercado, onde não são ofertadas oportunidades, anulando qualquer forma de progresso pelos educandos fomentando a exclusão do conhecimento. (Galvão e Souza, 2023, p. 51)

Nesse aspecto, a educação pública tem na perspectiva de Galvão e Souza (2023) possuído como finalidade, o atendimento dos interesses sociais e econômicos das classes mais favorecidas repercutindo, com isso, em uma formação discente que coopera com a manutenção de mão de obra barata devido à falta de qualidade na aquisição do conhecimento. Esse fato, repercute em uma educação que propicia oportunidades formativas desiguais aos indivíduos, cooperando com a exclusão de classes sociais economicamente menos favorecidas.

Diante desse contexto, a pedagogia freiriana propõe por meio de suas reflexões no tocante à



educação na atualidade, uma análise que compreende a sociedade como opressora e historicamente em construção, destacando um papel do professor como um agente de transformação da realidade social. (Galvão e Souza, 2023). Nesse aspecto, a pedagogia freiriana compreende que o educador ao adotar uma postura crítica em sua prática pedagógica, constrói uma relação de diálogo com os discentes, desenvolvendo uma prática pedagógica revolucionária se comparada aquela que acontece em um contexto tradicional de ensino. (Galvão e Souza, 2023).

De acordo com Brighente e Mesquida (2016), a pedagogia freiriana considera que na metodologia tradicional de ensino, é constituída uma relação vertical entre estudantes e professores à medida em que o professor exerce a função de aquele que explica os conteúdos, sendo considerado como o único detentor do conhecimento e aquele que dita as regras. Portanto, a pedagogia freiriana considera a relação estabelecidas entre educador, a ministração do conhecimento e relaciona o ensino tradicional ao depósito bancário, denominando esse tipo de educação como bancária. Assim, do ponto de vista, freiriano,

A concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados (Freire, 2005, p. 68 apud Brighente e Mesquida, 2016, p.151).

Sob esse aspecto, a pedagogia freiriana considera que a pedagogia tradicional constitui uma forma de opressão, tendo em vista, que o educador desconsidera os conhecimentos prévios dos discentes, silenciando os estudantes como alguém que detém de forma exclusiva, o lugar de fala no tocante ao saber científico. Desse modo, o professor retira dos estudantes, a oportunidade de participar ativamente da construção de sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, a educação bancária revela uma relação autoritária, opressora e dicotômica, por meio da qual os professores exercem o papel de disciplinador e de detentor único do saber enquanto os estudantes são aqueles que precisam absorver o conhecimento a ser “depositado” pelo docente e

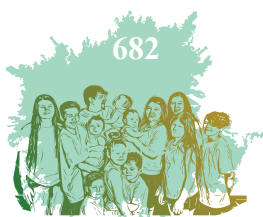


ao mesmo tempo se dispor a obedecer às regras impostas. (Brighente e Mesquida, 2016)

Em vez disso, a pedagogia freiriana defende que uma formação discente baseada em uma pedagogia que considera a leitura do mundo como algo que precede à leitura da própria palavra. (Freire, 2011 apud Galvão e Souza, 2023). Nesse sentido, podemos compreender que antes mesmo de um indivíduo ser inserido no processo de alfabetização, esse já possui conhecimentos prévios advindos de seu cotidiano. Assim, na perspectiva de Galvão e Souza (2023), a pedagogia freiriana defende a necessidade de a alfabetização deve ser apreendida numa perspectiva crítica, sendo que o educador exerce, nesse contexto, o educador utiliza o ensino da leitura como forma de libertação, constituindo um ato social.

Nesse sentido, a educação na perspectiva freiriana perpassa o simples ato de ensinar e aprender, tendo em vista que consiste em um ato de humanização que pressupõe a liberdade individual e a transformação social. (Galvão e Souza, 2023). Assim, podemos entender que por um lado, a educação numa perspectiva libertadora pressupõe o diálogo entre estudantes e professores, considerando-os como coparticipantes no processo de ensino e aprendizagem e por outro lado, a participação ativa do discente coopera com uma formação discente numa perspectiva crítica. Desse modo, a prática pedagógica baseada no diálogo consiste no compartilhamento de saberes, valores e princípios, oportunizando a conscientização do estudante. (Galvão e Souza, 2023). Assim, a educação libertadora conscientiza o discente quanto ao seu papel no processo de aprendizagem e enquanto cidadão.

Outro aspecto relevante a ser considerado no tocante à pedagogia freiriana é que a educação é considerada como um ato de amor, um ato político, de libertação e ao mesmo tempo, de coragem e de compromisso com o outro. (Galvão e Souza, 2023). Esse fato é evidenciado se observarmos que a leitura passa a considerar as especificidades do cotidiano dos discentes, partindo, assim, dos conhecimentos prévios que esses estudantes possuem e que são anteriores à aprendizagem da leitura. Portanto, Freire (2011 apud Galvão e Souza, 2023) considera que o ato de ler não envolve apenas a “decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo (Freire, 1994, p.11 apud Galvão e Souza, 2023, p. 52)



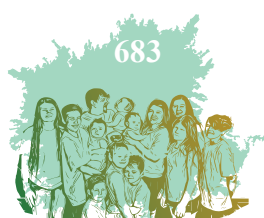
Nesse contexto, o ato de educar não está relacionado apenas a conhecimentos científicos, mas, envolve a construção de saberes a partir de conhecimentos já existentes, sendo que a aquisição desses novos saberes envolve a própria cultura na qual os estudantes estão inseridos. (Galvão e Souza, 2023). Assim, a construção de novos saberes se dá a partir da relação com o outro e do contexto social e histórico em que se está inserido, sendo a educação, um ato inacabado e permanente. (Freire, 2011 apud Galvão e Souza, 2023).

Nessa perspectiva, a educação na concepção freiriana está alicerçada no diálogo entre os indivíduos, não acontecendo de forma isolada, o que nos faz inferir que os homens estão em processo em que se educam entre si, não havendo sabedores ou ignorantes, tendo em vista que todos sabem alguma coisa e todos ignoram alguma coisa. (Freire 2011 apud Galvão e Souza, 2023). A educação, portanto, é um ato político que propõe uma educação crítica e libertadora pressupõe mudanças no processo de formação discente, repercutindo em transformação social.

### **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PEDAGOGIA FREIRIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Na sociedade humana, a educação pode ser compreendida como um processo pedagógico, cuja intencionalidade é a formação discente a partir de objetivos educacionais advindos das necessidades formativas coerentes a determinado tipo de cidadão. Desse modo, a educação está intrinsecamente relacionada ao contexto social e histórico, pode se configurar como um instrumento de manutenção ou de transformação da realidade social.

Nesse aspecto, a educação numa perspectiva crítica está relacionada a uma formação discente que envolve a participação dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. Por outro lado, a educação numa perspectiva tradicional de ensino promove um aprendizado descontextualizado e que influencia na qualidade formativa e, conseqüente nas oportunidades de progressão em estudos mais avançados e na empregabilidade, repercutindo na manutenção das desigualdades sociais.





Por isso, Amorim, Souza e Pereira (2021) ao se referir ao contexto social advindo da educação numa perspectiva de ensino acrítico e descontextualizado dos conteúdos reflete numa análise histórica que evidencia

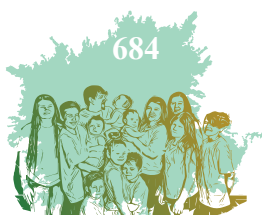
[...] o esforço orquestrado pelos opressores, a fim de que se mantenha a hegemonia de classes, que os oprimidos permaneçam na condição de alheação, que continuem na obscuridade de seus pensamentos e possam ser facilmente manipulados. (Amorim et al, 2021, p. 23)

Nesse sentido, a educação numa perspectiva acrítica e baseada na repetição e memorização dos conteúdos e sem estabelecer quaisquer relações com o contexto social e histórico e com o cotidiano dos discentes repercute em uma formação discente em que o sujeito desconhece seus direitos enquanto cidadão, tornando-os manipuláveis no sentido político e social.

Sob esse aspecto, Freire (2019 apud Amorim et al., 2021) considera os sujeitos como seres históricos e sociais que intervém na realidade objetiva, sendo, portanto, a educação emancipadora imprescindível a uma formação discente coerente com essa realidade. Por isso, Freire (2019 apud Amorim et al., 2021) considera relevante, a participação ativa, política e no ambiente pedagógico por parte dos indivíduos, sendo, portanto, necessário, a constituição de um contexto democrático de ensino, a fim de que os discentes tenham acesso a uma formação numa perspectiva cidadã.

Nesse contexto, a formação discente precisa habilitar os estudantes a tecerem suas escolhas de forma crítica e consciente sejam no âmbito da escola como em suas decisões políticas, desenvolvendo ainda, a capacidade de analisar, acompanhar a tomada de decisões de seus eleitos, inferindo nessas decisões a partir da reivindicação de seus direitos, repercutindo na participação cidadã. (Amorim et al., 2021)

Diante dessas reflexões, podemos compreender que a formação discente numa perspectiva emancipadora está intrinsecamente relacionada a um contexto democrático de ensino, no qual o estudante participa de forma ativa das discussões em sala de aula, inclusive tendo os seus conhecimentos prévios considerados. Somado a isso, a formação discente numa perspectiva emancipadora pressupõe



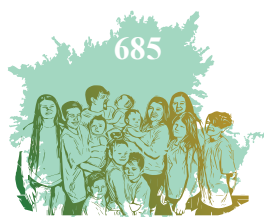
o preparo para a futura participação cidadã. (Amorim et al., 2021) Desse modo, a gestão escolar democrática constitui em uma forma de exercício da cidadania no âmbito escolar, estando relacionada à educação emancipadora e ao preparo para o exercício da cidadania por parte dos discentes.

Por outro lado, a educação democrática compreende os sujeitos como seres críticos e que intervém na própria realidade, sendo a gestão democrática uma forma de os estudantes suas necessidades, participando democrática e ativamente da tomada de decisões que regem o contexto escolar. Sob esse aspecto, Alcântara e Borges (2018, p. 2) consideram que a gestão escolar torna-se democrática à medida que a própria instituição escolar adota uma pedagogia baseada em “[...] uma pedagogia dialogicidade comprometida com a busca da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do homem, sujeito de sua própria história e construtor do seu destino”. Desse modo, a pedagogia baseada na dialogicidade é aquela que considera os discentes como sujeito do processo de aprendizagem, considerando não apenas os conhecimentos prévios, mas se os estudantes estão de fato aprendendo e se os conteúdos são significativos para a vida cotidiana e/ou para a formação discente.

Por outro lado, a pedagogia baseada no diálogo influencia o surgimento de uma gestão escolar que prioriza o diálogo e a participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, incluindo os estudantes, a fim de propiciar uma experiência que conduz à cidadania e ao exercício da democracia no âmbito escolar. Nesse aspecto, a democracia não consiste apenas em um conceito político, mas, uma forma de vida, um modo ético de vida (Barbu, 1962 apud Alcântara e Borges, 2018, p. 2) e que considera à igualdade como princípio na participação de todos na tomada de decisões.

Sobre o conceito de democracia relacionada a uma prática pedagógica da liberdade, Freire (2007 apud Alcântara e Borges, 2018) compreendem que a democracia, antes mesmo de se apresentar em sua forma política, encontra-se associada à transividade da consciência presente no comportamento do homem. Essa transividade surge mediante a condições por meio das quais, os homens são induzidos ao debate e ao exame dos problemas comuns recorrentes em sua sociedade e os problemas enfrentados por si mesmos.

Sob aspecto, a gestão democrática deve atuar de forma coletiva, envolvendo a participação



de toda a comunidade escolar, tendo em vista que a democracia se manifesta como uma política e ao mesmo tempo como uma forma de vida e um princípio ético. (Borges, 2013 apud Alcântara e Borges, 2018). Para Alcântara e Borges (2018), a democracia influencia a consciência e o comportamento dos indivíduos à medida em que esses são lançados ao diálogo, o qual visa o debate e que repercute em um senso comum na busca pelas soluções dos conflitos que ocorrem no espaço escolar, gerando assim, a participação democrática de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, a gestão democrática para que seja, realmente participativa precisa adotar uma pedagogia do conflito, por meio da qual, “[...] deve enfrentar toda forma de autoritarismo e submissão e subserviência ao poder estabelecido, onde o educador ou gestor assuma a educação com um papel predominantemente crítico do contexto histórico-social [...]”, combatendo as hierarquias estabelecidas nas relações de poder no âmbito escolar. (Alcântara e Borges, 2018, p. 3). Desse modo, a gestão democrática visa na perspectiva de Alcântara e Borges (2018) à busca pela autonomia na construção de uma educação mais democrática e conseqüentemente, de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação escolar vem sendo modificada ao longo dos tempos, sobretudo no tocante aos objetivos educacionais que constituem o ideal de formação discente. Sob esse aspecto, podemos compreender que o ideal formativo está relacionado aos interesses sociais e econômicos que representados por meio das práticas pedagógicas adotadas.

Sob esse aspecto, podemos perceber que a educação escolar surgiu em um contexto social em que os portugueses haviam encontrado as terras brasileiras, sendo conveniente que os nativos aprendessem à língua portuguesa, a fim de estabelecer um diálogo por meio do qual pudessem inicialmente convencê-los a atuar como mão de obra barata na exploração das riquezas naturais. Somado a isso, os ensinamentos religiosos católicos agregavam à educação jesuíta serviam como uma forma de dominação social e cultural, tendo em vista que havia a pretensão de aceitação das crenças por-



tugueses por parte dos nativos, ao mesmo tempo, tentando convencê-los acerca da escravidão como condição divina.

Nessa perspectiva, a educação escolar se constitui historicamente como um fator por meio do qual as desigualdades sociais surgiram e se instalaram no contexto nacional brasileiro. Além disso, podemos perceber que a educação formal surgiu como forma de atendimento aos interesses da elite, algo que ainda ocorre na atualidade. Nesse contexto, a educação passa a ser compreendida em uma perspectiva dicotômica e que compreende o professor como o único detentor do saber e aquele ao qual o discente deve obediência enquanto o aluno seria aquele que necessita aprender os conteúdos ministrados pelo docente, sendo condicionado a educação escolar, toda a sua aprendizagem.

Sobre essa percepção da prática educacional, Freire (2011 apud Galvão e Souza, 2023) compreende que a educação numa perspectiva acrítica está relacionada à hierarquização das relações de poder entre professor e aluno, constituído em uma educação opressora.

Contrariamente a essa prática educativa, Freire (2019 apud Amorim et al., 2021) defende uma educação baseada no diálogo e tendo como princípio, a formação numa perspectiva emancipadora, tendo em vista a compreensão dos sujeitos como seres históricos e que interferem na realidade objetiva. Nesse sentido, a educação pode ser compreendida como um ato político e que repercute na transformação da realidade.

Somado a isso, a educação emancipadora deve iniciar-se ainda, no contexto escolar, sendo a gestão democrática, uma oportunidade de participação cidadã, uma vez que envolve a tomada de decisões numa perspectiva coletiva. Além disso, Alcântara e Borges (2018) consideram que a gestão escolar realmente democrática está relacionada à pedagogia do conflito, pois exige à reflexão, a problematização do diálogo e a busca coletiva e democrática das soluções para os conflitos do ambiente escolar.



**REFERÊNCIAS:**

Amorim, Antonio; Souza, Eliane Silva; De Jesus Pereira, Rose Santos. A gestão escolar democrática na perspectiva freireana. 2021. Disponível em: Vista do A gestão escolar democrática na perspectiva freireana (ufma.br) Acesso em: 16. jun. às 12h46min.

Brighente, Miriam Furlan; Mesquida, Peri. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. Pro-Posições, v. 27, p. 155-177, 2016. Disponível em: Proposições\_79.indb (scielo.br) Acesso em: 16. jun. 2024 às 11h48min.

De Alcântara, Luiz Alberto; Borges, Valdir. GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR EM PAULO FREIRE. 2018. Disponível em galoa-proceedings--freire-globalconference-2018--89580.pdf Acesso em 09. jun. 2024 às 08h41min.

Galvão, Gabriel Batista; De Souza, Neila Nunes. EDUCAÇÃO CRÍTICA A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A NECESSIDADE DA PERSPECTIVA FREIRIANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA TRADICIONAL. Revista Interface (Porto Nacional), v. 26, n. 26, p. 50-60, 2023. Disponível em: Vista do EDUCAÇÃO CRÍTICA A SERVIÇO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A NECESSIDADE DA PERSPECTIVA FREIRIANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA TRADICIONAL (uft.edu.br) Acesso às 07h41min.

Oliveira, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. Cadernos de pesquisa, v. 48, n. 169, p. 876-900, 2018. Disponível em: cp169\_tudo.indb (fcc.org.br) Acesso em 09. jun. 2024 às 11h08min.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. Retratos da Escola, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: Vista do Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. (emnuvens.com.br) Acesso em 09. jun. 2024 às 11h11min.

